

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL**

Aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Anfiteatro ed. Novo do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
  2. *Apreciação e votação da ata nº 15, de 27 de janeiro;*
  3. *Discussão e votação do Parecer relativo aos Projetos de Lei n.ºs 91/XIII/1ª, do CDS-PP, e 95/XIII/1ª, do PSD, que procedem à primeira alteração à Lei nº 15/2014, de 21 de Março «Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde» - Autor do Parecer: Deputado António Lacerda Sales;*
  4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 97/XIII/1ª (PCP) - Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora;*
  5. *Discussão do Projeto de Resolução nº 116/XIII/1ª (PS) - Defende a construção do novo Hospital Central de Évora;*
  6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 129/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital Central de Évora;*
  7. *Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP-PSD para audição do Senhor Ministro da Saúde;*
- 10:30 - Audiência do SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, para apresentação do «Relatório Anual sobre a situação do país em matéria de Drogas e Toxicodependência» e do «Relatório Anual sobre a situação do País em matéria de Álcool», relativos a 2014.*

---

1. Informações

O Presidente da Comissão informou os Deputados do modo de funcionamento da audiência do SICAD, que se iniciará com uma apresentação, seguindo-se as intervenções dos Deputados, não estando previsto dar a palavra aos convidados do SICAD.

2. Apreciação e votação da ata nº 15, de 27 de janeiro

O Presidente colocou à votação a ata n.º 15, relativa ao dia 27 de janeiro de 2016, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Parecer relativo aos Projetos de Lei n.ºs 91/XIII/1ª, do CDS-PP, e 95/XIII/1ª, do PSD, que procedem à primeira alteração à Lei nº 15/2014, de 21 de Março «Lei



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde» -

Autor do Parecer: Deputado António Lacerda Sales

O Deputado António Sales apresentou o Parecer relativo aos Projetos de Lei n.ºs 91/XIII/1ª, do CDS-PP, e 95/XIII/1ª, do PSD, que procedem à primeira alteração à Lei nº 15/2014, de 21 de Março «Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde». O Deputado referiu o objeto e motivação das iniciativas, tendo chamado a atenção para o que é referido na Nota Técnica de que *«valerá a pena ponderar sobre a necessidade/utilidade de legislar sobre a matéria neste momento, tendo em conta que o que se pretende com estas iniciativas poderá ser alcançado através de normas regulamentares do membro do Governo responsável pela área da saúde»*. Referiu ainda o enquadramento constitucional, eximiu-se de manifestar a sua opinião, tendo concluído que as iniciativas em apreço reúnem os requisitos constitucionais e regimentais para serem discutidas e votadas em Plenário, reservando os grupos parlamentares as suas posições para a discussão na reunião plenária.

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou o Deputado pelo Parecer que cumpre os requisitos. Quanto à referência sobre uma chamada de atenção da Nota Técnica (NT) pediu ao Deputado que a retirasse ou que a incluísse na parte correspondente à sua opinião.

O Deputado João Ramos disse que o PCP acompanha o Parecer, quer faça referência à Nota Técnica quer não faça.

O Deputado António Sales não vê inconveniente em fazer referência à chamada de atenção da Nota Técnica, mas não se importa que essa referência seja retirada.

O Presidente colocou à votação os considerandos, sem a referência à NT, e conclusões do Parecer sobre os P.J.L. n.ºs 91 e 95 que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 97/XIII/1ª (PCP) - Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 116/XIII/1ª (PS) - Defende a construção do novo Hospital Central de Évora

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 129/XIII/1ª (BE) - Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital Central de Évora

A discussão destes P.J.R. realizou-se conjuntamente, dado versarem a mesma matéria.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

O Presidente da Comissão deu a palavra aos autores das iniciativas para fazerem a sua apresentação. Cumprimentou especialmente o seu conterrâneo e Líder Parlamentar do PCP, Deputado João Oliveira, a quem deu a palavra.

O Deputado João Oliveira apresentou o PJR n.º 97, que enuncia um conjunto de razões e argumentos que fundamentam a reivindicação das populações do Alentejo para que seja construído um novo hospital em Évora. Esta construção tem vindo a ser sucessivamente adiada, tendo o Hospital do Espírito Santo, em Évora, chegado a uma situação insustentável, pois as intervenções de que foi alvo tinham em perspetiva que o novo hospital estaria concluído em 2014. De facto o Hospital do Espírito Santo tem muitos constrangimentos, pois funciona em dois edifícios distintos que estão separados por uma via rodoviária, que atualmente faz parte do IP2, serve todo o Alentejo, abrangendo uma população de 500.000 habitantes, e tem um número insuficiente de salas de bloco operatório, espaço insuficiente para as urgências e para alojar diversas especialidades próprias de um hospital central, não sendo possível aumentar o número de camas na Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente. Entre 2011 e 2015 o Governo negou a construção de um novo hospital, mas financiou novas PPP para construção de hospitais privados, assim negando o direito à saúde das populações do Alentejo. Por isso o PCP apresenta novamente um PJR, cuja parte resolutiva do texto corresponde ao que foi apresentado em julho do ano passado e que agora estará em condições de ser aprovado. O PJR recomenda ao Governo que desencadeie os procedimentos necessários para que a construção do novo hospital se inicie em 2016, que sejam mantidos o projeto e modelo de financiamento propostos pelo Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo (HESE), que sejam transferidas para o HESE as verbas necessárias e que sejam avaliadas soluções de financiamento com recursos a fundos comunitários, assegurando um modelo integralmente público.

O Deputado Norberto Patinho apresentou o PJR n.º 116, que defende a construção do novo Hospital Central de Évora. É um projeto absolutamente necessário e que é reivindicado pelas populações do Alentejo, especialmente pelas populações do distrito de Évora. O Hospital do Espírito Santo, em Évora, cuja vida útil já foi ultrapassada, abrange uma população de meio milhão de habitantes, é composto por dois edifícios separados por uma estrada nacional e serve uma população dispersa e maioritariamente envelhecida e economicamente desfavorecida. Informou que a construção de uma nova unidade hospitalar é um compromisso do PS, no distrito, e é vital para as populações. O projeto do novo hospital está aprovado e pronto para ser lançado a concurso, vai recorrer essencialmente a fundos comunitários e à alienação de capital e fundos próprios, o que corresponde a cerca de dois anos de orçamento de funcionamento nas atuais



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

instalações. O novo hospital será dotado de serviços adequados às realidades da região, traduzindo-se numa melhoria e diferenciação dos cuidados de saúde prestados, bem como na possível incorporação de inovações tecnológicas e, em colaboração com a Universidade de Évora, poderá ser criado um centro de investigação.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR sobre a construção do novo Hospital Central de Évora, lembrando que é consensual a necessidade da sua construção tendo em conta que as atuais instalações estão obsoletas, o que impede a instalação de novas valências e a ampliação de outras, bem como a fixação de profissionais, especialmente médicos especialistas, e há uma insuficiente oferta pública de cuidados continuados na região, como verificou na recente visita que o BE fez ao HESE. O anterior governo abandonou o projeto da nova construção que agora tem de ser retomado. Em síntese, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que seja assumido o compromisso pela construção do Hospital Central de Évora, que se inicie a construção em 2016, que a sua gestão seja pública e que o Hospital seja dotado das verbas necessárias para o seu normal funcionamento.

O Deputado António Costa da Silva cumprimentou o Presidente e os Deputados da Comissão de Saúde e agradeceu a oportunidade de intervir na Comissão. A construção de um novo Hospital de Évora é um projeto estruturante, que tem defendido há muito, mas que ainda não foi possível levar por diante tendo em conta as restrições dos últimos anos. Deixou uma referência elogiosa aos profissionais que trabalham naquela unidade hospitalar pelo seu trabalho, mesmo com os problemas existentes. A necessidade de construir um novo hospital em Évora já foi identificada por Ministro Luís Filipe Pereira, que como Ministro da Saúde anunciou a sua construção, embora o modelo fosse diferente do projeto atual. Mas o PS adiou essa construção prejudicando os alentejanos e o país porque na altura havia mais recursos comunitários que não foram aproveitados. Na última campanha eleitoral para as legislativas todos os partidos identificaram este projeto como necessário, mas existem dúvidas quanto às suas fontes de financiamento e desconhece-se o modelo de gestão do novo hospital.

A Deputada Isabel Galriça Neto saudou o consenso nesta matéria e disse comungar da necessidade de se avançar com a construção de um novo equipamento hospitalar e disse compreender os constrangimentos que impediram o avanço mais rápido do projeto. Sem questionar as mais-valias decorrentes da construção do novo Hospital de Évora, gostaria de saber quais as suas fontes de financiamento, quais as valências previstas e qual o modelo de gestão.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

O Deputado João Oliveira sublinhou que desde 2002 está identificada a necessidade de construir um novo hospital em Évora. Sublinhou ainda o reconhecimento do trabalho feito pelos profissionais de saúde, apesar das instalações inadequadas e das limitações existentes.

O Deputado Norberto Patinho congratulou-se com o consenso sobre a construção de um novo Hospital em Évora para responder às necessidades dos alentejanos.

O Presidente agradeceu as intervenções dos Deputados e deu por finda a discussão destes Projetos de Resolução, que serão remetidos ao PAR para votação em Plenário.

#### 7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP-PSD para audição do Senhor Ministro da Saúde

O Deputado Miguel Santos justificou este pedido de audição pelo facto da participação do Ministro da Saúde, quer em Comissão quer em Plenário, ter ficado muito aquém do dever de esclarecimento às diversas questões que lhe foram colocadas pelos Deputados, especialmente relacionadas com os impactos da aplicação do horário de trabalho semanal de 35 horas no SNS, sobre o planeamento da construção dos novos hospitais de Lisboa Oriental, Évora e Seixal e de não construir outros como o de Barcelos e sobre o recebimento de notas de crédito da indústria farmacêutica relativas a 2015 a qual não obteve resposta do Ministro. Referiu que o Ministro deixou sem resposta diversas questões colocadas pelo PSD, mas também por outros partidos. Assim, o grupo parlamentar do PSD requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro da Saúde.

A Deputada Carla Cruz disse que o PCP tem uma contraproposta relativamente ao requerimento apresentado pelo PSD. Enunciou os termos do requerimento oral: «Que na próxima audição do Ministro da Saúde sobre o Orçamento do Estado para 2016, que se deverá realizar no dia dois de março, seja criada uma ronda adicional para se debater o reforço da capacidade de resposta do SNS». Esclareceu que, utilizando um instrumento disponível aos Deputados, o PCP já enviou um conjunto de questões ao Ministro.

A Deputada Luísa Salgueiro disse que parece razoável a contraproposta do PCP no sentido de questionar o Ministro da Saúde numa ronda imediatamente antes do início da discussão especialidade do OE 2016.

O Deputado Moisés Ferreira não obstará à presença do Ministro da Saúde, mas neste caso a proposta do PCP é a mais razoável e faz sentido que sejam respondidas aquando da discussão do OE porque muitas das questões são relacionadas com o OE, como é o caso da reposição das 35 horas semanais, o défice do SNS e a construção de novos hospitais.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

O Presidente colocou à votação o requerimento do PSD que foi rejeitado com os votos contra do PS, do BE e do PCP e os votos a favor do PSD e do CDS-PP, registando-se a ausência do PEV.

O Presidente colocou à votação o requerimento oral do PCP que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

10:30 - Audiência do SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, para apresentação do "Relatório Anual sobre a situação do país em matéria de Drogas e Toxicodependência" e do "Relatório Anual sobre a situação do País em matéria de Álcool", relativos a 2014

*(a audiência foi integralmente gravada)*

O Presidente da Comissão deu as boas vindas a todos, em especial ao Dr. João Goulão, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, que veio acompanhado pela Dr.ª Maria Moreira e pelo Dr. Gonçalo Felgueiras, representantes do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT). A delegação também integrava o Dr. Manuel Cardoso, Subdiretor Geral do SICAD.

O Dr. Gonçalo Felgueiras agradeceu a oportunidade de estar presente, começando por referir que no início de janeiro foi eleita uma nova Presidente do Conselho de Administração do OEDT, que é representante de França, assim como um novo Diretor Geral, o qual vai querer continuar e reforçar a política de proximidade com os órgãos de soberania portugueses, em particular com a Assembleia da República e com o Governo, e que brevemente entrará em contacto com a Comissão de Saúde para uma melhor interação.

Em seguida a Dr.ª Maria Moreira apresentou sumariamente o Relatório sobre a situação das drogas na Europa que já tinha sido apresentado em julho passado. Focou a sua intervenção na situação e tendências 2015, nas mudanças nos mercados de estimulantes, diferentes em cada país, na maior visibilidade das novas substâncias psicoactivas (NSP), no aumento da disponibilidade do tratamento e das mudanças no mercado da cannabis, sendo esta a droga mais consumida na Europa. Referiu a queda no número de apreensões de heroína desde 2009, mas regista-se um aumento na pureza. Disse que existe mais de 1, 3 milhões de consumidores problemáticos de opiáceos, estando mais de metade deles em tratamento. Apresentou dados sobre o VIH, que tem diminuído nos últimos anos, mas tem aumentado a taxa de mortalidade por overdose nos países do Norte da Europa. Sobre o Ecstasy deixou um alerta para os riscos de saúde causados pelo aumento da potência e pela sua elevada pureza e tem havido um aumento



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

das apreensões e do desmantelamento de locais de produção. Concluiu agradecendo a colaboração do SICAD, que é o principal parceiro da OEDT, assim como a todos os intervenientes. O Dr. João Goulão começou por falar do *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências – 2013-2020 (PNRCAD)*, e o seu *Plano de Ação 2013-2016*, foi na realidade, o primeiro ano após elaboração destes planos estratégicos. O PNRCAD define cinco objetivos gerais, com seis metas globais com 18 indicadores na área do álcool, a atingir no final dos dois ciclos de referência, 2016-2020. Fez referência aos consumos e problemas relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, apresentando alguns indicadores-chave que constam de estudos realizados na área do álcool em meio escolar e em meio prisional. A seguir apresentou uma síntese o Relatório Anual sobre a situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências de 2014, tendo feito uma síntese da caracterização e evolução da situação. Abordou os vários estudos que permitem analisar as tendências e a comparabilidade da situação nacional no contexto europeu e internacional tanto na população em geral, na população reclusa e na população escolar.

O Presidente agradeceu todas as informações que foram prestadas e deu a palavra aos Deputados, tendo colocado questões Cristóvão Simão Ribeiro, Alexandre Quintanilha, Moisés Ferreira e Carla Cruz, que foram esclarecidas pelo Dr. João Goulão e pela Dr.ª Maria Moreira.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos as Deputadas Fátima Ramos, Elza Pais e Carla Cruz, que foram respondidos pelo Dr. João Goulão e pela Dr.ª Maria Moreira.

A terminar, o Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados, bem como a presença de todos.

A gravação desta audiência poderá ser acedida através do *link*:

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09\\_CS/CS\\_20160203\\_2.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160203_2.mp3)

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 fevereiro 2016.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Helena Freitas  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
José Luís Ferreira  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Teresa Caeiro  
Alexandre Quintanilha  
Carlos Matias  
Elza Pais  
Francisco Rocha  
João Ramos  
Laura Monteiro Magalhães  
Rui Riso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Vales  
Odete Silva